

RESTAURANDO PRÁTICAS ANTIGAS: O PAPEL DA UNÇÃO DOS ENFERMOS DE ACORDO COM O CAPÍTULO 5 DA EPÍSTOLA DE TIAGO NA ATUALIDADE À LUZ DA TEOLOGIA LUTERANA

RESTORING ANCIENT PRACTICES: THE ROLE OF ANOINTING
THE SICK ACCORDING TO CHAPTER 5 OF THE EPISTLE OF
JAMES TODAY IN THE LIGHT OF LUTHERAN THEOLOGY

Guilherme André Knüpfer¹

Francis Dietrich Hoffmann²

Resumo: Este artigo investiga a prática da unção dos enfermos com base na passagem de Tiago 5 ao longo da história. A pesquisa adota a história do dogma como sua metodologia, rastreando a interpretação dessa prática desde os primórdios da igreja até o contexto contemporâneo, com foco nas perspectivas luteranas. O estudo explora as origens da unção, sua evolução para o rito da extrema unção, e como a unção dos enfermos foi posteriormente reintroduzida como parte do cuidado pastoral. O artigo

1 Bacharel em Teologia pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Canoas, RS (2017). Pós-graduado em Teologia e Ministério Pastoral pela ULBRA (2023). Pastor em Rabber, Alemanha, na Selbständige Evangelisch-Lutherische Kirche (SELK). Artigo de conclusão para obtenção da Habilitação ao Ministério Pastoral, Seminário Concórdia, São Leopoldo, RS (2023).

2 Professor orientador. Bacharel em Teologia pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), 2008. Especialização em Habilitação ao Ministério Pastoral pelo Seminário Concórdia de São Leopoldo, RS (2010). Mestrado Livre em Teologia Bíblica pelo Seminário (2016). Pós-graduado em Estudos do Novo Testamento, Unicesumar, Maringá, PR (2022). Doutorando em História da Exegese no Concordia Seminary, St. Louis, USA.

também destaca as contribuições de teólogos luteranos, como Lutero, Melanchthon, Chemnitz e Löhe, para a compreensão dessa prática. No cenário atual, o texto considera a relevância da unção dos enfermos à luz de desafios de saúde contemporâneos, bem como as perspectivas de retorno a essa prática no contexto luterano.

Palavras-chave: Unção de enfermos. Tiago. História da igreja. Extrema unção. Cuidado pastoral.

Abstract: The present investigates the practice of anointing the sick based on James 5 throughout history. The research employs the history of dogma as its methodology, tracing the interpretation of this practice from the early days of the Church to the contemporary context with a particular focus on Lutheran perspectives. The study explores the possible origins of anointing, its evolution into the sacrament of extreme unction, and how the anointing of the sick was subsequently reintroduced as part of pastoral care. Moreover, the article highlights the contributions of Lutheran theologians such as Luther, Melanchthon, Chemnitz, and Löhe to the understanding of this practice. Given the current scenario, the text considers the relevance of anointing the sick in light of contemporary health challenges and the prospects of a return to this practice in the Lutheran context.

Keywords: Anointing of the sick. James. Church history. Extreme unction. Pastoral care.

INTRODUÇÃO

A prática cristã da unção dos enfermos remonta aos tempos de Jesus e dos apóstolos, como evidenciado em passagens como Marcos 6 e Tiago 5. Tão antigos como essa prática estão também os aspectos desafiadores associados à execução desse rito. A unção, conforme descrita na Epístola de Tiago 5, sofreu um longo desenvolvimento na história, resultando, inclusive, em desvios da prática estabelecida por Tiago e pela igreja incipiente. Essa evolução resultou, em algumas ocasiões, em uma compreensão inadequada ou interpretações variadas da unção como uma ferramenta de cuidado pastoral.

Com o objetivo de explorar diferentes perspectivas sobre essa prática antiga, este artigo busca aprofundar a análise dogmática da unção dos enfermos conforme descrita em Tiago 5, rastreando sua interpretação ao longo da história. Para isso, utilizaremos a história do dogma, campo de estudo que se concentra nos princípios fundamentais da teologia e na evolução das crenças e doutrinas da igreja cristã ao longo do tempo. A obra de Harnack, *A História do Dogma* (1961), serve como base para a estrutura deste trabalho, delineando o processo de pesquisa de um dogma em duas etapas cruciais: primeiro, investigando suas origens antes de ser integrado a um sistema teológico conectado, e segundo, descrevendo seu desenvolvimento e variações ao longo do tempo.³

Diante das características específicas do método de Harnack, autores modernos como Hägglund e Kelly contribuem com novas perspectivas a esta discussão. Eles preenchem o vácuo deixado por Harnack e outros teólogos dessa linha (Tixeront, Loofs e Seeberg) no contexto da história do dogma. Uma contribuição significativa dos autores modernos reside nos conceitos de Escritura e Tradição, que agora abrangem outros aspectos importantes.

Kelly define a Tradição como “a doutrina que o Senhor ou Seus apóstolos entregaram à igreja, não importando se foi transmitida oralmente ou em documentos” (KELLY, 2009, p.22). A Escritura, por outro lado, representa uma forma mais concreta de registrar a mesma fé, e isso por meio de documentos reconhecidos pela igreja como inspirados por Deus. Para Kelly, Tradição e Escritura são complementares, e não conflitantes, o que gerou uma valorização da Tradição, seja ela escrita, oral ou praticada pelos cristãos.

Já Harnack considerava a Tradição apenas como transmissão de ensinamentos escritos, o que gerou, em certos momentos, um conflito entre Escritura e Tradição. Blowers (1997, p.200) critica essa visão simplista de Harnack, apoiando a abordagem de Kelly, que analisa os amplos contextos que envolvem a formação da fé cristã.

3 Harnack (1961, p.28) escreve: “A História do Dogma é uma disciplina da História geral da Igreja, que tem por objeto os dogmas da Igreja. Estes dogmas são as doutrinas da fé cristã formuladas e expressas logicamente para fins científicos e apologéticos, cujo conteúdo é um conhecimento de Deus, do mundo e das provisões feitas por Deus para a salvação do homem. As Igrejas Cristãs ensinam-nas como as verdades reveladas nas Sagradas Escrituras, cujo reconhecimento é a condição da salvação que a religião promete” (tradução nossa).

É dentro dessa perspectiva de Tradição e Escritura apontada por Kelly que situamos a unção dos enfermos, recebida e transmitida pela igreja ao longo dos séculos, não apenas por documentos escritos, mas também pela prática e interpretação dos cristãos em relação ao texto bíblico. Reconhecer a importância desses conhecimentos é crucial para uma compreensão mais profunda do texto de Tiago 5.

Assim, com base nos fundamentos da estrutura de trabalho de Harnack e na visão de Tradição e Escritura de Kelly, o artigo se divide em quatro partes principais. Na primeira, traçamos a origem da prática da unção dos enfermos, desde suas primeiras referências no século 2º até meados do século 7º, quando cessou a produção escrita sobre esse rito. A segunda parte abrange a evolução das liturgias iniciais da unção dos enfermos, culminando na transição para o rito da extrema unção. Com foco na igreja ocidental, a terceira parte explora o intervalo desde a Reforma Luterana até o Concílio do Vaticano II, quando a unção foi revisada como cuidado pastoral. A quarta parte incorpora perspectivas modernas para enriquecer o diálogo com a história do dogma, revelando novas possibilidades e implicações da unção no contexto luterano, especialmente em relação ao cuidado pastoral.

O estudo procura abordar diversas questões significativas sobre a unção dos enfermos ao longo da história, destacando o propósito dessa prática, as interpretações inadequadas de Tiago 5 e como reformadores e teólogos luteranos a compreenderam. Com um enfoque dogmático e histórico, o artigo visa lançar luz sobre as interpretações da unção, contribuindo para o entendimento contemporâneo e a prática pastoral nas tradições luteranas. Suas conclusões podem oferecer *insights* valiosos para os pastores da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) considerarem a reintegração deste rito em sua liturgia.

A UNÇÃO DOS ENFERMOS DE ACORDO COM TIAGO 5 NA IGREJA INCIPIENTE

[13] Alguém de vocês está sofrendo? Faça oração. Alguém está alegre? Cante louvores. [14] Alguém de vocês está doente? Chame os presbíteros da igreja, e estes façam oração sobre ele, unguindo-o com óleo, em nome do Senhor. [15] E a oração da fé salvará o enfermo,

e o Senhor o levantará. E, se houver cometido pecados, estes lhe serão perdoados. [16] Portanto, confessem os seus pecados uns aos outros e orem uns pelos outros, para que vocês sejam curados. Muito pode, por sua eficácia, a súplica do justo. [17] Elias era homem semelhante a nós, sujeito aos mesmos sentimentos, e orou com fervor para que não chovesse sobre a terra, e, por três anos e seis meses, não choveu. [18] Depois, orou de novo, e então o céu deu chuva, e a terra produziu os seus frutos (Tiago 5.13-18).⁴

Quando falamos da unção dos enfermos de acordo com Tiago 5 nos primeiros sete séculos da igreja cristã, geralmente os principais estudiosos do assunto relatam a escassez de material produzido nesse período. Encontramos apenas alguns registros, embora limitados, da própria prática da unção de enfermos, documentados por teólogos da época. Não devemos esperar encontrar, nesses registros, uma formulação dogmática no sentido moderno, como a que é comum em livros de teologia sistemática. Cabe ainda dizer que Tiago, apesar de mencionar a unção, não parece ter criado esse rito por iniciativa própria; é provável que a prática já existisse em lugares antes da redação de sua carta, mesmo em locais onde a carta não era reconhecida como canônica (BERARDINO, 2021, p.362). Outro fator que dificulta a pesquisa é que provavelmente Tiago 5 não foi utilizado para justificar a unção dos enfermos oficialmente como um dogma antes do século 5º.

Entretanto, é possível compilar os escritos disponíveis que constituem, ainda que de forma fragmentada, um panorama da unção e montar algo análogo a um quebra-cabeça, com o objetivo de entender a prática de fé dos primeiros cristãos na igreja incipiente. Para esclarecer os primeiros registros da unção, destacaremos as principais características desse período.

Inicialmente, é importante deixar claro que a prática da unção com óleo entre os cristãos não era algo completamente novo para aquela época. O mundo antigo já contava com a unção de enfermos fora dos círculos cristãos; o que aconteceu foi uma cristianização de elementos presentes na sociedade da época. Os cristãos integraram os elementos da oração e a ação de graças àquele rito, tornando-o um símbolo de sua fé (MEYENDORFF, 2009, p.33).

4 Todas as traduções da Bíblia em português seguirão o texto da Nova Almeida Atualizada. São Paulo. Sociedade Bíblica do Brasil (SBB), 2017.

Podemos citar, como exemplo do uso do óleo fora dos círculos cristãos, o próprio contexto hebraico. Para os hebreus, o óleo desempenhava papéis significativos, sendo utilizado para consagrar objetos sagrados, ordenar sacerdotes, instalar profetas e ungir reis. Além disso, o óleo tinha propriedades curativas, sendo empregado como bálsamo para feridas (Is 1.6) e como meio de proporcionar força e cura (Lv 14.15-18). A igreja incipiente também incorporou o elemento curativo da unção, reconhecendo que sua missão não se limitava apenas à proclamação do evangelho, mas incluía também a prática da cura.

A unção não foi entendida como um gesto privado, mas um ato oficial da comunidade cristã, representada pelo presbítero. Diferente do dom de curas no cristianismo antigo, a unção é um sinal de que toda a igreja se preocupa com os enfermos (BERARDINO, 2021, p.362). Além disso, a unção era praticada em conjunto com os ritos do batismo e da confirmação, com a intenção de proporcionar uma cura integral para o ser humano.⁵ Essa preocupação com a cura integral do ser humano também está presente em Tiago 5; o apóstolo faz isso ao escrever que o doente

5 Observe a explicação de como a igreja relacionou a unção no rito do batismo e da confirmação: “No batismo, recebemos uma parte da realeza, do profetismo e do sacerdócio de Jesus Cristo. As unções relacionadas ao batismo e à confirmação, como eram ou são costumeiras na igreja incipiente, na Igreja Católica Romana e nas igrejas orientais, têm sua origem bíblica aqui” (KELTER, p.214).

Veja ainda o que Meyendorff (2009, p.21-23) diz sobre essa relação: “O batismo, portanto, nos introduz em uma nova vida, em comunhão com Deus e uns com os outros. Nossos pecados são perdoados; somos renascidos como membros da Igreja, que é o corpo de Cristo. Nesta nova vida, a doença e a morte já não têm o mesmo poder sobre nós, pois foram derrotadas. A doença e a morte continuam existindo, mas agora não marcam o fim de nossa existência, mas uma transição para a vida eterna, uma passagem para o reino. Assim como Cristo mesmo morreu e ressuscitou, nós também morreremos e ressuscitaremos. Em Cristo, nossa derrota final é transformada em vitória!

Todo o processo batismal é caracterizado por esse processo de cura. Começa com o catecumenato, que outrora se estendia por vários anos. Os exorcismos, antes recitados diariamente ou semanalmente ao longo de vários anos, mas agora recitados apenas antes do batismo, contêm numerosas referências à cura, não apenas espiritual, mas também física. A oração de bênção sobre o óleo dos catecúmenos, usado para a unção pré-batismal, é uma antiga oração de cura e pede a ‘renovação da alma e do corpo’. A oração lida logo antes da crismatória contém uma petição por livramento das ações do diabo, que certamente inclui doença e morte. A leitura da epístola, Romanos 6.3-11, enfatiza a vitória sobre a morte efetuada pelo batismo, e assim coloca a cura em uma perspectiva completamente nova” (Tradução nossa).

pode receber a cura através da oração, e o perdão dos pecados através da confissão (Tg 5.16).

Não há relatos, nos primeiros séculos, de uma forma litúrgica uniforme para a unção dos enfermos. Porém, ao longo do tempo surgiram tentativas de unificar e regulamentar a prática da unção dos enfermos. Podemos incluir nessas tentativas alguns registros de orações de consagração do óleo que datam dos séculos 3º ao 5º, evidenciando esforços para estabelecer uma tradição mais padronizada.

Na tradição apostólica de Hipólito, datada de 215,⁶ encontramos um dos registros mais antigos sobre a prática da unção com óleo. Temos a seguinte oração: “Assim como, santificando este óleo, concedes, ó Deus, a saúde àqueles que com este óleo são ungidos e o recebem, com o qual ungistes os reis, os sacerdotes e os profetas, assim, que com (ele) obtenha alívio quem o tomar e saúde quem o usar”.

Não será possível reunir aqui todos documentos referentes à unção, mas é significativo ainda relatar a carta de Inocêncio I ao bispo Decentius; a *Si instituta ecclesiastica* (19 de março de 416) diz o seguinte:

Não há dúvidas de que isso deve ser entendido em relação aos fiéis doentes que podem ser ungidos com óleo santo. Consagrado pelo bispo, seu uso é permitido não só para os sacerdotes, mas também a todos os cristãos, a fim de que possam recorrer à unção (com o óleo em questão) nas suas necessidades pessoais, ou nas de seus entes queridos.

Esse é um registro importante, porque foi uma das primeiras tentativas de padronização litúrgica realizadas nos primeiros séculos. No entanto, apesar da falta de liturgias universais nos primeiros séculos, isso não significa dizer que a prática da unção era algo raro na igreja incipiente.

6 Quanto à atribuição a Hipólito de Roma, não existem evidências conclusivas que esclareçam essa questão, deixando-a, portanto, em um estado de conjectura. Recentemente, surgiu a proposta de que o documento seja considerado uma obra de “literatura viva”, composta por diversas tradições provenientes de várias comunidades (SMYTH, 2010, p.6). É relevante ressaltar que a data provável de registro da oração em 215 d.C. não necessariamente corresponde à sua origem, mas reflete um estágio já bem consolidado de seu uso, indicando que sua concepção remonta a um período anterior à sua redação. Contudo, há estudiosos que questionam essa cronologia, situando-a em um momento posterior (BRADSHAW; JOHNSON; PHILLIPS, 2002, p.1-16; SMYTH, 2010).

Pelo contrário, a prática da unção com óleo foi amplamente praticada até o século 8º (VORGRIMLER, 1978, p.220).

Também encontramos documentos que comprovam uma preocupação pastoral, no sentido de que a unção deveria ser administrada apenas aos cristãos penitentes (BERARDINO, 2021, p.363) destacando a importância da reconciliação espiritual juntamente com a cura física. Essa ligação entre a unção, a penitência e a busca pela cura integral do ser humano revela a complexidade e a profundidade dessa prática dentro da tradição cristã. Além disso, havia um incentivo da prática desse rito para evitar a adoção de métodos pagãos de cura e feitiçaria, demonstrando a preocupação em manter a integridade da fé cristã.

Através dessas características apresentadas, podemos perceber a importância desse ritual na igreja cristã primitiva. Ao longo de muitos séculos, havia uma busca por praticar a unção dos enfermos com ordem e decência; e com o propósito de promover a completa cura do ser humano, demonstrando o cuidado das congregações com os doentes.

Essa prática, tal como ocorria na igreja incipiente, dificilmente poderia ser questionada pelos principais teólogos luteranos, como será discutido no capítulo 3. Entretanto, o rito da unção dos enfermos sofreu alterações ao longo do tempo, e os efeitos dessas mudanças ainda se fazem sentir nos dias de hoje. Esse desvio passou a ser conhecido posteriormente como “extrema unção”.

A EXTREMA UNÇÃO COMO DESENVOLVIMENTO TARDIO DA UNÇÃO DOS ENFERMOS

Ao longo dos séculos, a unção dos enfermos se afastou de sua origem e propósito originais, gradualmente transformando-se em um rito supersticioso que continua a evocar medo e apreensão, comumente sendo associado como o “sacramento da morte” (BASIL, 1963, p.38).

Conforme discutido no capítulo 1, um período significativo de desenvolvimento do rito da unção dos enfermos, de acordo com Tiago 5, foi até o século 7º. No período entre os séculos 7º ao 12, aconteceu uma paralisação no desenvolvimento teológico com pouco ou nenhum progresso. A explicação da doutrina feita até o momento era considerada suficiente, e qualquer desvio de seus ensinamentos era desaprovado. Os

ensinamentos da igreja incipiente eram repetidos sem grandes modificações (KRYGER, 1949, p.7).

Foi somente após o século 12⁷ que transformações notáveis aconteceram. Através do uso da razão e da dialética, a igreja foi progressivamente sistematizando a teologia.

Com o passar do tempo, a unção associou-se ao emergente sistema penitencial da igreja latina. Também houve uma forte ênfase na salvação e restauração da alma no rito da unção. A doença e o pecado eram correlacionados, ou seja, uma doença era vista como resultado do pecado. Assim, a remoção do pecado da alma por meio deste rito também podia levar à cura do corpo.

A unção do corpo com óleo passou a ser direcionada quase que exclusivamente para os moribundos, sendo administrada após a confissão e a comunhão da Eucaristia. Esse sacramento se tornou algo como uma preparação da alma para sua “entrada para o céu”. Uma boa “passagem” para a vida eterna era o objetivo principal.

Os efeitos secundários, como é o caso da cura do corpo, ajudariam a atingir esse fim com mais perfeição. Portanto, o perdão dos pecados encontrado na unção se tornou o principal fim desse rito. A restauração da saúde do corpo só deveria ser concedida se necessário para o bem-estar da alma.

O rito da unção dos enfermos, frequentemente chamado de “extrema unção”, foi codificado no século 15 no Decreto do Concílio de Basileia-Ferrara-Florença. Este decreto estipulou que “esse sacramento não deve ser dado a ninguém, exceto aos doentes que temem a morte” (IGREJA CATÓLICA, 1439, DS 1324). No âmbito deste rito, os moribundos eram ungidos em várias partes do corpo, incluindo os olhos, narinas, boca, mãos, pés e lombos, acompanhados de uma oração pelos pecados cometidos por cada parte do corpo.

Apesar das alegadas promessas de que esse ritual removeria todas as barreiras para o céu, conforme afirmado pela igreja, muitos leigos optaram por não receber a extrema unção. Isso se deveu, em parte, ao fato de o rito ser dispendioso. Além disso, devido à exigência de que o sacramento

7 Há autores que apontam o início dessas mudanças a períodos anteriores. Porém, não é o objetivo dessa pesquisa uma datação exata dos períodos, e, sim, a maneira que a unção foi recebida na igreja.

só fosse administrado quando a morte estivesse próxima, muitos doentes graves esperavam tempo demais, falecendo antes que um sacerdote pudesse realizar a cerimônia. Assim, o que deveria ser um conforto transformou-se em fonte de apreensão.

No entanto, a Cúria Romana permaneceu firme em sua posição, anatematizando aqueles que discordavam. O Concílio de Trento, em 25 de novembro de 1551, abordou a questão da extrema unção. O Concílio alegou que o próprio Jesus instituiu esse sacramento, com referências a Marcos e Tiago (IGREJA CATÓLICA, 1953, p.50-55). O Concílio considerou anátemas aqueles que: 1) negassem que a unção é um sacramento instituído por Cristo 2) a considerassem meramente um rito humano, 3) negassem que ela concedia graça, perdoava pecados ou aliviava os enfermos, 4) procurassem alterar o rito ou afirmassem que outras pessoas além do sacerdote poderiam administrar a unção.

Apesar disso, houve também um uso consolador desse rito na igreja anterior ao período da Reforma (*Altgläubigen*). Isso se deve, em grande parte, à literatura conhecida como *Ars Moriendi* (“A Arte de Morrer”).⁸ Um exemplo dessa literatura é o *Manual para os Curados* [*Manuale curatorum predicandi prebens modum*] de Surgant (ca. 1449/50-1503), que contém uma seção dedicada à extrema unção. O manual instrui os padres a falar gentilmente com os doentes, encorajando-os a buscar consolo e esperança em Deus. Após a unção com óleo, o padre deve dizer:

Portanto, você não deve se desesperar com a misericórdia de Deus, mas colocar toda a sua esperança e confiança em Deus. [Você deve] suportar sua doença com paciência e oferecer seu pequeno sofrimento no grande sofrimento de Cristo [*vnd üwer cleins lydê opfern in das groß lyden christi*]. Portanto, você não deve temer qualquer provação, mas encontrar em todas as necessidades um lugar de refúgio sob a cobertura protetora da Santa Cruz [...].

8 Howarth (2003, p.31) define: “Expressão latina que significa ‘a arte de morrer’, *ars-moriendi* representa um conjunto de literatura devocional cristã produzida durante o final da Idade Média e inclui várias reflexões pastorais e ascéticas sobre os temas da morte e do morrer, destinadas a ajudar a pessoa pecadora comum no final de sua vida a se preparar para o inevitável. Os textos foram amplamente divulgados nos séculos XIV e XV, em resposta a uma ansiedade generalizada decorrente das crises econômicas e religiosas do período, e representam uma apropriação pelos leigos de uma tradição da prática penitencial monástica” (Tradução nossa).

Embora escritos como os de Surgant contenham elementos supersticiosos, como indulgências e invocações aos santos, é possível identificar um claro aspecto de cuidado pastoral em relação aos enfermos, inclusive em termos de cura física. Isso reflete a contínua presença do cuidado pastoral, mesmo diante das variações que demandaram uma reforma do rito da extrema unção e um retorno à prática da unção dos enfermos conforme era praticada na igreja incipiente.

O RETORNO DA UNÇÃO DOS ENFERMOS COMO ELEMENTO DE CUIDADO PASTORAL

Como demonstrado acima, tornou-se evidente um desvio da unção de enfermos que culminou na teologia do Concílio de Trento. A igreja havia se afastado das práticas da igreja incipiente e corrompido o significado e a função originais desse rito. Essas mudanças foram duramente criticadas por teólogos em várias épocas da cristandade, inclusive em anos recentes.

Beck e Krick conduziram uma análise da doutrina católico-romana do sacramento da extrema unção, conforme estabelecida no Concílio de Trento. Essa análise está disponível na revista *Igreja Luterana* de 1966.⁹ O principal ponto criticado pelos autores é a respeito de como a extrema unção trouxe uma ideia de progressão no processo de justificação, e de como esse rito eliminaria, de acordo com a teologia romana, os “vestígios dos pecados ainda existentes” antes do momento da morte. Poderíamos concordar com os autores quando dizem que se trata de uma “aberração doutrinária, fundamentada no afastamento crescente da Palavra escrita de Deus e no aumento progressivo da superstição popular”. Isso porque, de fato, essa doutrina sofreu corrupção ao longo da história, como ficou evidente no capítulo anterior, e como consequência trouxe prejuízos à teologia da justificação somente pela fé.

No entanto, corremos o risco de descartar o uso apropriado deste rito ao isolar o seu uso incorreto em um período específico. Historicamente, o pensamento luterano esteve alinhado com a conclusão dos autores de que: “Graças a Deus! Não precisamos da Extrema Unção, nem de nada seme-

9 No entanto, o Concílio Vaticano II foi encerrado em 8 de dezembro de 1965, e novos documentos referentes a unção dos enfermos já haviam sido elaborados. Contudo, o Concílio Vaticano II não foi levado em consideração pelos autores.

lhante. Basta-nos a confiança no amor de Deus em Cristo Jesus” (BECK e KRICK, 1966, p.56). De fato, podemos concordar que “só precisamos do amor de Deus”, e de maneira mais precisa que esse amor se dá através dos sacramentos instituídos por Cristo (santa ceia, batismo e absolvição), sendo esses praticados e valorizados na Igreja Luterana.

Nesse sentido, a preocupação dos autores é legítima em querer afastar do seio da igreja qualquer prática que diminua o valor das obras meritórias conquistadas por Jesus Cristo, e que coloque algum tipo de valor nas obras humanas, como aconteceu com a extrema unção. Porém, da mesma maneira que os sacramentos instituídos por Cristo são valorizados dentro da Igreja Luterana, a palavra de Deus também tem uma importância central. Sendo assim, a questão que deveria ser feita é: “Pode uma igreja ‘regulada’ pela escritura, não se preocupar com a Unção dos Enfermos?” (KELTER, p.221).

Além disso, como discutido no primeiro capítulo, a ausência da prática da unção poderia inadvertidamente abrir caminho para a adoção de práticas não cristãs? Em outras palavras, a não atenção a esse rito essencial poderia comprometer a integridade da tradição cristã e abrir a porta para influências que não estão alinhadas com os princípios fundamentais da fé.

Após uma pesquisa nas revistas *Igreja Luterana*, o periódico oficial do Seminário Concórdia, é perceptível que a “unção dos enfermos” ou “extrema unção” não foi mais abordada após o trabalho de Beck e Krick (1966). Não há menção ao rito nos livros litúrgicos oficiais da igreja, como o Livro de Culto (CULTO LUTERANO, LITURGIAS E ORAÇÕES, 2015) e o Hinário Luterano (HINÁRIO LUTERANO, 2016). Também não há um posicionamento oficial oferecido pela Comissão de Teologia e Relações Eclesiais (CTRE) no site da IELB.

A única menção desde então foi encontrada em um artigo (MÜLLER, 2020) do *Mensageiro Luterano*, uma revista amplamente divulgada na IELB. Nesse artigo, o uso da unção dos enfermos fica, segundo o autor, a critério de cada pastor. No entanto, o autor não detalha quais seriam os critérios para o uso ou não uso da unção com óleo. Ele apenas argumenta que o óleo não deveria ser usado para evitar confusões em relação ao seu significado.

Certamente, a apreensão expressa pelo autor é legítima e merece ser considerada em uma eventual adoção do rito. A implementação da unção dos enfermos não deveria ocorrer sem um amplo debate sobre sua

viabilidade, seguido por um intenso ensino em todos os setores da igreja, a fim de evitar confusões entre pastores e membros das congregações luteranas. No entanto, para fins de pesquisa, torna-se necessário aprofundar o tema e realizar também uma análise dos possíveis aspectos positivos do retorno dessa prática.

Diante desse cenário de escassez quanto à unção de enfermos de acordo com Tiago 5, é possível fazer os seguintes questionamentos: É possível ignorar o uso da unção sem diminuir o valor da palavra de Deus? Será que o posicionamento adotado na IELB atualmente é um ponto final nessa temática?

Dessa maneira, com o objetivo de avaliar se realmente não há fundamento bíblico para a utilização desse rito, analisemos a recepção da unção dos enfermos após o Concílio de Trento. Para tanto, analisaremos os escritos dos principais teólogos luteranos sobre o tema, com uma breve análise do Concílio Vaticano II e da nova perspectiva católica sobre esse rito.

Devido à sua importância, damos grande ênfase no período da Reforma, que é essencial para compreender o “retorno” da unção dos enfermos. Isso porque, como será demonstrado a seguir, as críticas contundentes que foram direcionadas ao sistema romano geraram reflexões e estudos, que posteriormente levaram a uma visão mais profunda e salutar dessa prática.

Entretanto, as prioridades dos teólogos luteranos eram outras na época da Reforma: a justificação da fé, os abusos e a corrupção na igreja, santa ceia e outros temas urgentes para a fé dos crentes. Devido à superstição do povo e às críticas severas contra a extrema unção, foi preferível por grande parte dos teólogos e pastores luteranos a descontinuidade desse rito. Apesar disso, abordaremos aquilo que foi essencial e definitivo para os reformadores nesse tema.

“O Cativeiro Babilônico da Igreja” (LUTERO, 1998, p.341-424), escrito por Martinho Lutero (1520), foi o primeiro questionamento direto contra o sacramento da extrema unção desse reformador; isso se tornou determinante para o entendimento luterano de sacramentos, e também desse rito (WHITE, 1999, p.17-18, 23-24).

Nesse documento, Lutero apresenta dois pontos principais: somente Cristo tem a autoridade para instituir um sacramento (e não o apóstolo Tiago); e a unção com óleo não é apenas um rito para moribundos, mas

para os enfermos. Se fosse sacramento, conforme o entendimento da Igreja Romana da época, a unção deveria sempre cumprir o que promete, em outras palavras, deveria trazer cura. Porém, esse não é o caso, o que invalida a lógica romana.

Lutero não condena a extrema unção em si, apenas a finalidade e forma que ela havia tomado. Mesmo que a unção não seja instituída por Cristo, ela pode trazer a cura através da fé do crente. Em outras palavras, não é a unção que traz perdão dos pecados ou cura, mas a fé do crente no momento em que ele recebe esse rito. Lutero afirma: “Com efeito, o que não pode a fé?” (LUTERO, 1998, p.421).

O reformador reitera seu posicionamento em sua “Confissão da Ceia” (1527-1528), condenando os erros dos adversários e sendo a favor da utilização do óleo dos enfermos. Diz Lutero (1993, p.374):

As unções, desde que praticadas conforme Mc 6.13 e Tiago 5.14, eu aceitaria; mas que se faça delas um sacramento, isso não tem base. Pois assim como em lugar das vigílias e missas pelas almas se poderia pregar sobre a morte e a vida eterna, orando, portanto, no enterro e refletindo sobre nosso fim (como os antigos, ao que parece, fizeram), assim também ficaria bem que se visitasse o doente, para orar com ele e exortá-lo; se, além disso, alguém quiser ungir o enfermo com óleo, que seja permitido, em nome de Deus.

Ele volta a afirmar os seus posicionamentos em 1539, em sua carta ao príncipe Joaquim II de Brandemburgo (LUTERO, 1938, p.623), permitindo o uso da unção desde que seja visto como instituição humana e não divina.

É possível fazer uma conclusão preliminar de que Lutero deixa a porta aberta para utilização da unção dos enfermos, conforme Tiago 5. Contudo, é importante mencionar que alguns autores destacam o esquecimento da prática do rito da unção dos enfermos entre os luteranos, devido às críticas feitas pelo próprio Lutero a esse ritual (KELTER, 2019, p.217). É legítimo questionar se esse “esquecimento” ou mesmo uma aparente aversão ao rito da unção dos enfermos está alinhado com o pensamento do próprio reformador.

Além de Lutero, outros teólogos da Reforma, como Melanchthon e Chemnitz, também contribuíram para a discussão sobre a unção dos enfermos.

Filipe Melanchthon,¹⁰ ao editar a Apologia da Confissão de Augsburg, faz menção ao rito da “Extrema Unção” no artigo XIII, que trata da quantidade e do uso dos sacramentos. Nesse contexto, a “extrema unção” não é categorizada como um sacramento, assim como é o caso do batismo, da santa ceia e da absolvição. Isso ocorre porque a unção não é acompanhada de um mandamento divino ou da promessa de graça, sendo, em vez disso, considerada um rito humano que pode ser “útil” (APOLOGIA DA CONFISSÃO DE AUGSBURGO, 2021, p.396).

Melanchthon também escreve sobre a unção dos enfermos em seu *Loci praecipui theologici*, no capítulo “*De unctione*”. Ele faz citações de textos bíblicos onde há o uso de óleo para ungir os enfermos, o que é usado inclusive pelos apóstolos para curar. Melanchthon também critica o rito romano, dizendo que o rito da extrema unção é supersticioso (MELANCHTHON, 1856, p.105).

Chemnitz,¹¹ que ajudou a escrever o Livro de Concórdia, fala exaustivamente contra o posicionamento do Concílio de Trento e sua posição

10 “Filipe Melanchthon (1497-1560) era um aluno brilhante dos clássicos e um erudito humanista. Em 1518 ele foi nomeado para lecionar junto com Martinho Lutero na Universidade de Wittenberg. Por insistência de Lutero, Melanchthon começou a ensinar teologia e Bíblia, além de seus cursos em estudos clássicos. Em abril de 1530, o imperador Carlos V convocou uma reunião oficial entre o representante do luteranismo e o do catolicismo romano, com a esperança de realizar uma confluência de opiniões entre os dois grupos opostos. Visto que Lutero estava, naquele momento, sob excomunhão papal e sob interdição imperial, foi atribuído a Melanchthon o dever de ser o principal representante luterano nesta reunião. Ele é especialmente lembrado e honrado como o autor da Confissão de Augsburg, que foi oficialmente apresentada pelos príncipes alemães ao imperador em 25 de junho de 1530, como o documento que define o luteranismo dentro da cristandade. Melanchthon morreu em 19 de abril de 1560”. (Tradução nossa) Fonte: *Treasury of Daily Prayer* (2008, p.1214-1215).

11 “Ao lado de Martinho Lutero, Martin Chemnitz (1522-1586) é considerado o mais importante teólogo na história da Igreja Luterana. Chemnitz reunia uma inteligência intensa e um conhecimento quase abrangente das Escrituras e dos Pais da Igreja com um amor genuíno pela igreja. Quando irromperam diversas divergências doutrinárias após a morte de Lutero, em 1546, Chemnitz decidiu entregar-se inteiramente à restauração da unidade na Igreja Luterana. Ele se tornou o espírito conducente e principal autor da Fórmula de Concórdia de 1577, que apaziguou as disputas doutrinárias com base nas Escrituras e, em grande medida, conseguiu restaurar a unidade entre os luteranos. Chemnitz também escreveu os quatro volumes do *Examen Concilii Tridentini* [Exame do Concílio de Trento] (1565-1573), no qual submeteu rigorosamente ao juízo das Escrituras e dos Pais da Igreja antiga os ensinamentos deste Concílio Católico Romano. O Examen tornou-se a réplica luterana definitiva ao Concílio de Trento, bem como uma exposição minuciosa da fé da Confissão de Augsburg. Chemnitz foi uma verdadeira dádiva de Deus para a Igreja, tanto como um teólogo quanto clérigo”. (Tradução nossa) Fonte: *Treasury of Daily Prayer* (2008, p.896-897).

referente à extrema unção. Em seus *Locí*, Chemnitz aborda uma visão bíblica e histórica positiva da unção de enfermos. Ele menciona exemplos bíblicos que valorizam a cura física, e como a utilização do óleo era uma preocupação médica. Para ele, o próprio Cristo reavivou esse antigo costume quando enviou seus apóstolos para curar os doentes (Mc 6). Além disso, para Chemnitz, o dom da cura através de orações é algo que permanece na igreja até os dias de hoje (!). Ele conclui o seu escrito fazendo a seguinte crítica: “rito da unção, conforme existe atualmente, é apenas uma cerimônia supersticiosa. E a invocação dos mortos foi acrescentada, o que é ímpio. Portanto, esse rito de unção com suas adições deve ser rejeitado” (CHEMNITZ, 2009, p.1130).

Todas essas duras críticas feitas pelos principais teólogos luteranos levaram a um abandono da unção dos enfermos no luteranismo. As igrejas da Reforma assumiram, então, apenas o cuidado pastoral, a oração, a confissão, se necessário, e especialmente a comunhão da santa ceia (KELTER, 2017, p.216-217).

Caída no esquecimento, a unção sofreu poucas alterações ou modificações no período que segue a Reforma. Enquanto que os sacramentos da santa ceia, batismo e absolvição sofreram diversas influências internas e externas após o período inicial da Reforma,¹² a unção não encontrou palco nas principais discussões teológicas.

Porém, há teólogos luteranos como Wilhelm Löhe¹³ que praticaram a unção, mesmo em um período em que ela era proibida legalmente na

12 Observe o artigo de Stephenson (2015), na parte em que o autor trata dos “Tsunamis de dentro e de fora” gerados pelos movimentos da Segunda Reforma, Sincretismo e Pietismo, que impactaram também a fé e prática dos sacramentos do luteranismo.

13 “Johann Konrad Wilhelm Löhe (também grafado como ‘Loeche’) nasceu em 1808, em Fürth (Alemanha). Apesar de nunca ter deixado seu país, exerceu um profundo impacto no desenvolvimento do luteranismo no continente americano e em outros países. Mesmo servindo como pastor na pequena aldeia bávara de Neuendettelsau, Löhe reconhecia a necessidade de obreiros nos países em desenvolvimento, tendo ajudado na capacitação de missionários que foram enviados para a América do Norte, Brasil e Austrália. Um grande número de pastores que ele enviou para os Estados Unidos tornaram-se os fundadores da Igreja Luterana – Sínodo de Missouri, que posteriormente constituíram um Sínodo no Brasil. Löhe também apadrinhou a criação de escolas teológicas ao redor do mundo. Löhe era conhecido por sua integridade confessional e particular interesse na liturgia e catequese. Sua devoção pelas obras de caridade cristã levou à criação de uma casa para formação de diaconisas e lares para pessoas idosas e deficientes”. (Tradução nossa) Fonte: Treasury of Daily Prayer (2008. p.1081).

região da Baviera, Alemanha. Devido a isso, Löhe teve que enfrentar as autoridades por esse ato que consideravam ‘ilegal’.

É possível perceber, nas correspondências de Löhe com as autoridades, a sua compreensão a respeito do rito da unção dos enfermos, de maneira especial nas cartas de 15 de fevereiro de 1858 e de 4 de março de 1858 (LÖHE, 1956, p.721-743).

Para Löhe, Tiago 5 não apresentava o assunto como um dom milagroso, mas puramente como uma ordenança litúrgica para os anciãos, ou seja, para os sacerdotes. O efeito da unção de enfermos é atribuído à “oração de fé” e não ao óleo. Ele afirma que (1956, p.724):

Não consigo esconder o fato de que considero a execução litúrgica da oração pelos enfermos com uma interpretação simbólica muito bonita, digna e desejável. E é incompreensível para mim como a obediência simples e não supersticiosa à palavra canônica de Tiago 5, não poderia ser cerimonialmente legal. Ela também não contradiz qualquer ensinamento da Igreja Luterana, uma vez que é canônica no Novo Testamento (Tradução nossa).

Löhe também afirma que a oração pelos enfermos na forma de Tiago 5 não teria mais de ser seguida por uma resposta literal, como no tempo apostólico, em que se entendia que ninguém morreria se ela fosse seguida.

Mais recentemente, muitas outras vezes se juntaram em um resgate da unção dos enfermos. No século 20, a unção dos enfermos encontrou repercussão nas igrejas luteranas, anglicanas e romana (KELTER, 2019, p.218). Liturgias foram produzidas e traduzidas. Desde então, a prática da unção tem encontrado caminho nas igrejas tradicionais.

O próprio rito de unção de Löhe foi traduzido para o inglês e seu uso é recomendado aos pastores da Igreja Luterana do Canadá (STEPHENSON, 2018, p.56-57). O Sínodo de Missouri (The Lutheran Church–Missouri Synod, LCMS) produziu uma liturgia para unção dos enfermos: “visiting the sick and distressed” [visitar os doentes e aflitos], em seu livro oficial de liturgias: *Lutheran Service Book: Agenda* [Livro de Serviço Luterano: Agenda] (LUTHERAN CHURCH–MISSOURI SYNOD, 2006, p.43-48). A unção é opcional, e pode ser feita em conjunto com a santa ceia e a confissão de pecados.

A Igreja Católica Romana apresentou mudanças significativas no Conselho Vaticano II em relação ao Concílio de Trento (1545-1563). Essas mudanças só foram possíveis devido ao movimento de retorno ao *ad fontes*. Nesse movimento foram feitas pesquisas na área de liturgia, observando a compreensão original da unção na igreja incipiente (DRZYŹDŹYK, 2015, p.12-13).

Nessas pesquisas, a comissão responsável pela análise da unção levantou apenas dois pontos. Primeiro: o sacramento deveria ser chamado de “unção dos enfermos” ou “óleo dos enfermos” e que não foi concebido apenas para os moribundos, mas também para aqueles que estão sofrendo muito. Segundo: a unção poderia ser repetida para doenças de longa duração. O próprio comitê listou quais doenças poderiam receber unção. É possível verificar essas mudanças nos novos documentos da Igreja Católica, após o Concílio Vaticano II (CATECISMO da Igreja Católica, 2023, parágrafos 1499-1532).

A partir das duas considerações apresentadas pela comissão, é evidente um esforço para se aproximar mais da prática da unção dos enfermos, semelhante ao que era realizado pela igreja incipiente. Alguns dos erros apontados pelos primeiros reformadores luteranos em relação ao Concílio de Trento foram, assim, parcialmente corrigidos.

NOVAS PERSPECTIVAS DA UNÇÃO DE ENFERMOS PARA A ATUALIDADE; TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS

Ao longo de seus 2000 anos de existência, a prática da unção dos enfermos passou por diversas transformações, adaptações e, lamentavelmente, inclusive corrupções, porém se manteve até a atualidade. Observou-se uma ruptura em algum ponto da história, afastando-se da prática inicial da igreja e resultando em rituais prejudiciais, como é o caso da extrema unção.

Contudo, mesmo diante desses desvios, alguns elementos da prática antiga persistiram. Além disso, dispomos de diversos registros que oferecem *insights* sobre como era essa prática nos primeiros séculos da igreja.

Para enriquecer a discussão com perspectivas contemporâneas relacionadas à unção dos enfermos, observemos alguns autores que têm resgatado essa prática nos tempos atuais.

Em 2019, Gert Kelter¹⁴ abordou a questão da unção dos enfermos em seu trabalho intitulado “Se alguém entre vocês estiver doente.... A redescoberta da unção dos enfermos como uma oportunidade pastoral”. Esse escrito acadêmico gerou repercussão dentro da Selbständige Evangelisch-Lutherische Kirche (SELK), igreja-irmã da IELB na Alemanha.¹⁵ Em grande parte de seu trabalho, o autor expressa uma perspectiva favorável à unção dos enfermos, encorajando sua prática. Aqui estão resumidos alguns desses elementos:

- I. A unção encontra respaldo em textos bíblicos, como Tiago 5 e Marcos 6, e foi praticada pela igreja incipiente.
- II. A unção dos enfermos, embora não tenha sido uniformemente praticada, tem uma presença constante ao longo da história da igreja cristã.
- III. A prática é ecumênica nos dias de hoje, com muitas igrejas adotando esse ritual, incluindo igrejas orientais, a Igreja Católica Romana, igrejas católicas antigas e, em certa medida, o anglicanismo/episcopalismo.
- IV. A reintrodução da prática da confissão privada pode ser uma consequência da unção dos enfermos.
- V. A unção aborda o cuidado integral do ser humano, englobando tanto o corpo quanto a alma. Esse é um aspecto que está ganhando cada vez mais destaque não apenas em ambientes cristãos, mas também em contextos não religiosos.
- VI. Na sociedade atual, grupos de doentes, como portadores de necessidades especiais, idosos, moribundos e doentes, frequentemente enfrentam marginalização. O texto de Tiago 5 pode ser

¹⁴ Gert Kelter é teólogo da Selbständige Evangelisch-Lutherische Kirche (SELK), uma igreja afiliada ao International Lutheran Council (ILC). Ele é autor do livro referência na área de Liturgia dentro da SELK: “*Gott ist gegenwärtig Anregungen für die Feier des lutherischen Gottesdienstes – ein Werkbuch*“. Rotenburg: Sola-Gratia-Verlag, 2019.

¹⁵ Podemos citar a resposta de Pflock (2020), teólogo da SELK, que fez uma análise crítica do escrito de Kelter (2019). Pflock aprofunda a exegese de Tiago 5, e o que esse texto oferece para os temas de doença e cura no contexto congregacional cristão. Além disso, no campo da Teologia Prática, ele analisa a influência de Tiago 5 sobre a compreensão e o desempenho litúrgico da unção dos enfermos. Ele faz a análise da liturgia sugerida por Kelter, sugerindo melhorias. Porém, em suma, Pflock vê como positivo a proposta de Kelter para retomada da prática.

usado para valorizar e integrar essas pessoas na igreja/sociedade.

VII. Na Igreja Luterana surgem interpretações diversas sobre como lidar com doentes com problemas de comunicação, lucidez e capacidade cognitiva. Em alguns casos, a santa ceia pode ser negada por razões de cuidado pastoral, tornando a unção dos enfermos uma alternativa viável.¹⁶

Outro teólogo que fala a respeito da unção dos enfermos na atualidade é o autor católico romano Randy Stice,¹⁷ em seu livro intitulado: *Entendendo os sacramentos de cura: uma abordagem baseada em ritos* (2015). O autor traz aspectos positivos para utilização dessa prática no capítulo “Unção dos Enfermos: Vivendo o Sacramento” (STICE, 2015, p.146-161):

Fortalecimento, paz e coragem: no momento em que alguém está doente, há sentimentos de fragilidade em diversos aspectos; e, nesses momentos, o doente precisa da força do Senhor. A unção, para o autor, é um dom particular do Espírito Santo de fortalecimento, paz e coragem (Lc 5.10, Jo 14.27). O Espírito também fortalece os enfermos contra os ataques do maligno. As orações contidas nesse rito trazem conforto e fortalecimento.

Restauração da saúde: o autor afirma que é possível a cura física através da força do Espírito Santo, caso essa contribua para a salvação. Cristo cura de maneira milagrosa, mas também através dos profissionais da saúde. A oração por esses profissionais também pode ser incluída no rito.

16 No caso de pacientes inconscientes, em maior ou menor grau, poderíamos incluir, adicionalmente, a oração, juntamente com a imposição de mãos e uma bênção como parte dos meios de cuidado pastoral. Um cuidado especial deve ser direcionado à família, com o propósito de esclarecer a prática da unção, de acordo com Tiago 5. É fundamental fornecer orientação aos familiares a respeito desse princípio bíblico e obter sua autorização, especialmente quando o paciente doente não estiver em condições de responder por si mesmo.

17 O padre Randy Stice é, quando esse artigo foi escrito (2023), o Diretor do Escritório de Adoração e Liturgia da Diocese de Knoxville, TN. Ele serviu como vigário paroquial, pastor e, de 2017 a 2020, foi diretor associado do Secretariado de Adoração Divina da USCCB. Ele possui um STL em Teologia Sistemática pelo Mundelein Seminary e um MA em Liturgia pelo Liturgical Institute. É autor de três livros: *Understanding the Sacraments of Healing* (LTP, 2015), *Understanding the Sacraments of Vocation* (LTP, 2016) e *Understanding the Sacraments of Initiation* (LTP, 2017). Fonte: <https://adoremus.org/author/fatherrandystice/>. Acesso em: 18 out.2023.

Perdão de pecados: Se necessário, esse sacramento também concede perdão dos pecados, caso a penitência não o tenha concedido, e o sacerdote pode conceder esse perdão *também* ao moribundo. Caso o paciente tenha demonstrado, em algum momento, interesse em receber o sacramento, o sacerdote deve conceder esse pedido mesmo quando inconsciente, ou caso não se saiba se o paciente já morreu ou não (estado vegetativo).

União com a paixão de Cristo: é o entendimento de que o doente é chamado, também, para participar dos sofrimentos de Cristo (Rm 8.17, 1Pe 4.13, Cl 1.24). Cristo deseja estar unido a cada indivíduo, em especial aos que sofrem. Da mesma forma, a igreja como corpo de Cristo participa dos sofrimentos do mesmo, e isso contribui para o bem desse corpo.

O sacramento da partida: assim como o doente se une a Cristo em seu sofrimento e paixão, ao final da vida o crente se une a Cristo em sua morte. Enquanto o sacramento da unção dos enfermos é para aqueles que sofrem de doença grave ou enfermidade, o termo *sacramentum excuntium* (sacramento dos que partem) pode ser utilizado para os moribundos; trata-se da multiforme graça de Deus. Esse sacramento conforma os doentes a Cristo no final de suas vidas, assim como o batismo iniciou essa conformidade. É o último sacramento que o cristão recebe. O autor destaca também o papel fundamental da ceia para os que estão morrendo.

É possível notar nesse autor católico muitos traços daquilo que foi criticado pelos principais teólogos luteranos no decorrer da história, principalmente no que se refere ao perdão dos pecados e entendimento sacramental romano. Porém, ao se trazer esse autor, propõe-se trazer novos elementos para enriquecimento do diálogo e o mútuo entendimento, de maneira que haja uma crítica construtiva para o crescimento.

Se por um lado há pontos que poderiam ser criticados pela teologia luterana, há também uma argumentação bíblica e de cuidado pastoral no livro de Stice, que buscou argumentar com a nova teologia presente na Igreja Católica pós Concílio Vaticano II. O movimento *ad fontes* feito pela Igreja Católica parece ter sido um esforço legítimo para uma aproximação com a teologia essencial dos primeiros séculos do cristianismo. E o autor buscou exprimir isso em seu texto, demonstrando elementos como o cuidado aos doentes, e não apenas aos moribundos; além da maior valorização do cuidado físico e não apenas espiritual, assim como era no Concílio de Trento.

O retorno às fontes também é o caminho proposto neste estudo, através da história do dogma, a fim de buscar responder à pergunta se é possível *não* praticar a unção sem ferir princípios bíblicos e confessionais do luteranismo.

CONSIDERAÇÕES

Estamos vivendo um período de celebrações dos 500 anos de marcos significativos na Igreja Luterana, como o dia 31 de outubro de 1517, que marcou a celebração da Reforma Luterana como um todo, e outras datas relevantes, como a publicação da Confissão de Augsburg (1530) e do Catecismo Menor (1529).

Este momento tem sido crucial para a redescoberta dos escritos de Lutero e de outros teólogos importantes do período da Reforma, que também abordaram a questão da unção dos enfermos. Alguns desses textos já estão traduzidos para o português, tornando-os acessíveis no Brasil.

Esses textos têm desencadeado reflexões e indagações sobre o entendimento teológico desses autores. Uma análise aprofundada revela pontos que foram esquecidos pelo luteranismo moderno, inclusive a respeito da unção dos enfermos. Alguns desses pontos têm sido levantados por autores como Löhe, Kelter, Pflock, Stephenson, além das próprias igrejas luteranas do Canadá, Estados Unidos e Alemanha.

No entanto, no Brasil, são as chamadas “igrejas carismáticas” que têm adotado a unção dos enfermos, muitas vezes com variações em relação ao propósito e à forma originais. As igrejas tradicionais, como a Igreja Luterana, têm utilizado essa prática de forma mais restrita.

Por outro lado, várias ferramentas seculares têm surgido como alternativas aos métodos bíblicos. Por exemplo, a hipnoterapia, psicologia e psicanálise têm sido adotadas por alguns pastores no âmbito do cuidado pastoral, frequentemente em detrimento das práticas tradicionais do ministério.¹⁸ Isso ocorre devido à falta de valorização e comprometimento

18 Vanhoozer (2016) p.17-18 diz: “Um grande número de pastores trocou seu direito de primogenitura vocacional por um prato de sopa de lentilhas (Gn 25.29-34; Hb 12.16): habilidades de gerenciamento, planos estratégicos, cursos de “liderança”, técnicas terapêuticas e assim por diante”. [...] A ideia central é a seguinte: a teologia tem sido, em

com abordagens genuinamente bíblicas, o que, por sua vez, abre espaço para a introdução de práticas não cristãs.

A resistência em adotar a unção dos enfermos pode ser atribuída à persistência da teologia do Concílio de Trento, que remonta à era medieval. Muitos teólogos ainda mantêm em mente os princípios dessa época (inclusive nas críticas de luteranos, assim como demonstrado no trabalho), o que leva à exclusão da prática da unção em seu sentido original, assim como era realizada pela igreja incipiente.

Diante desses e muitos outros desafios, vários teólogos têm contribuído com valiosas reflexões para enriquecer o debate. Os elementos extraídos das conclusões preliminares da pesquisa sobre a história do dogma procuraram demonstrar como a igreja recebeu a unção ao longo dos séculos. Argumentos bíblicos e históricos não faltam em favor do retorno dessa prática.

Este trabalho reuniu elementos que podem estimular uma discussão teológica sobre o assunto. Como foi constatado nesse trabalho, há muito tempo a unção não tem sido amplamente debatida, embora represente uma valiosa ferramenta para o cuidado pastoral dos doentes. Urge o retorno às fontes, seguindo o exemplo do movimento ocorrido na igreja romana, que gerou resultados significativos. Ignorar esse tema não parece ser a melhor abordagem, uma vez que outras teologias prejudiciais podem ocupar o lugar da prática salutar da unção dos enfermos, conforme descrito no capítulo 5 de Tiago.

Tópicos como análise exegética de Tiago 5 e sacramentologia no luteranismo podem servir de base para futuras pesquisas sobre esse importante tema. No entanto, com o que apresentamos neste trabalho, concluímos que o atual uso dessa prática não deveria ser percebido apenas em seu aspecto negativo, marcado pela corrupção de seu propósito original. A unção dos enfermos representa uma excelente oportunidade para o cuidado pastoral dos doentes. Assim como Deus usou Tiago e os primeiros pastores cristãos para cuidar integralmente dos enfermos, ele continua a usar os pastores para prestar cuidado misericordioso aos que sofrem, fundamentando-se nas

maior ou menor proporção, banida de Jerusalém. Ela está no exílio e, conseqüentemente, o conhecimento de Deus está em declínio na igreja. Por isso, a terra prometida, o povo de Deus reunido, agora parece uma terra árida: uma terra de oportunidades desperdiçadas que já não cultiva discípulos como fazia no passado.

Escrituras Sagradas. Cabe aos pastores e teólogos orarem e meditar em na Bíblia, buscando contínuo amadurecimento na graça e no amor de nosso Senhor Jesus Cristo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APOLOGIA DA CONFISSÃO DE AUGSBURGO. Artigo XIII: Sobre a quantidade e o uso dos sacramentos, p.396-400. In.: *Livro de Concórdia*. As Confissões da Igreja Evangélica Luterana. Trad. Arnaldo Schüler. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2021.

BECK, Nestor e KRICK, Sigmar. A Extrema Unção. *Igreja Luterana*, v.27, n.1, p.46-57, 1966.

BLOWERS, Paul. The Regula Fidei and the Narrative Character of Early Christian Faith. *Pro Ecclesia*, v.6, n.2, p.199-228, 1997.

BRADSHAW, Paul F.; JOHNSON, Maxwell E.; PHILLIPS, Edward. *The Apostolic Tradition: a Commentary*. Minneapolis: Fortress Press, 2002.

CATECISMO da Igreja Católica, 1992. *A Unção dos Enfermos*. Disponível em: <https://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/p2s2cap1_1420-1532_po.html#ARTIGO_5_>. Acesso em: 2 nov.2023.

CHEMNITZ, Martin. Loci theologici/Martin Chemnitz. In: *Chemnitz's Works*, Volume 8 (Loci Theologici II-III). Traduzido para o inglês por J. A. O. Preus. St Louis: Concordia Publishing House, 2009.

CULTO LUTERANO, LITURGIAS E ORAÇÕES. Comissão de Culto da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (org.). WACHHOLZ, Nilo (Ed.). Porto Alegre: Concórdia, 2015.

GEORGE, Timothy. *Reading Scripture with the Reformers*. Westmont: InterVarsity Press, 2011.

HÄGGLUND, B. *História da Teologia*. 8.ed. Trad. M. L. Rehfeldt & G. K. Rehfeldt. Porto Alegre: Concórdia, 2014.

HARNACK, Adolph. *History of Dogma*. V.1. Trad. Neil Buchanan. New York: Dover Publications, 1961.

HINÁRIO LUTERANO. Edição comemorativa. Comissão de Culto da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (Org.). WACHHOLZ, Nilo (Ed.). Porto Alegre: Concórdia, 2016.

HOWARTH, Glennys; LEAMAN, Oliver (Eds.). *Encyclopedia of Death and Dying*. Abingdon: Routledge, 2003.

- IGREJA CATÓLICA, Concílio De Florença (1431-1445). Sessão de 8 a 22 de novembro de 1439, *Bula de união com os armênios*, DS 1324, 1439.
- _____. Concílio Ecumênico de Trento (1545-1563). *Contra as inovações doutrinárias dos protestantes*. Petrópolis: Vozes, 1953.
- KELLY, J. N. D. *Patrística: origem e desenvolvimento das doutrinas centrais da fé cristã*. Trad. Márcio Loureiro Redondo. São Paulo: Vida Nova, 2009.
- LÖHE, Wilhelm. *Gesammelte Werke/Wilhelm Löhe*, v.5. Neuendettelsau: Freimund, 1956.
- LUTERO, Martinho. Brief an Kurfürst II. Brandenburg. In.: *Werke, Briefwechsel*, v.8, Weimar, 1938.
- _____. Da Ceia de Cristo – Confissão. In.: *Martinho Lutero: Obras selecionadas*, v.4, p.217-375. São Leopoldo: Sinodal; Canoas: Ed. da ULBRA; Porto Alegre: Concórdia, 1993.
- _____. Do Cativo Babilônico da Igreja. Trad. Martin N. Dreher. In.: *Martinho Lutero: Obras selecionadas*, v.2, p.341-424. São Leopoldo: Sinodal; Canoas: Ed. da ULBRA; Porto Alegre: Concórdia, 1998.
- KELTER, Gert. “Ist jemand unter euch krank...” Die Wiederentdeckung der Krankensalbung als seelsorgliche chance. *Lutherische Beiträge*, v.24, n.4, p.207-230, 2019.
- KRYGER, Henry S. *The doctrine of the effects of extreme unction in its historical development*. Washington: Catholic University of America Press, 1949.
- MELANCHTHON, Felipe. *Loci praecipui theologici*. G. Schlawitz, 1856. Disponível em: <<https://archive.org/details/locipraecipuith00melagoog/page/n122/mode/2up>>. Acesso em: 18 out.2023.
- MEYENDORFF, Paul. *The anointing of the sick*. New York: St. Vladimir’s Seminary Press, 2009.
- MÜLLER, Ailton José. **É permitido fazer unção com óleo em nossa igreja?** *Mensagem Luterano*. Porto Alegre, dez.2020. Disponível em: <<https://mensagemluterano.com.br/artigos/e-permitido-fazer-uncao-com-oleo-em-nossa-igreja/>>. Acesso em: 18 out.2023.
- PFLOCK, Andreas. Zur Wiedergewinnung der Krankensalbung für Kirche und Seelsorgepraxis. *Lutherische Beiträge*, v.25, n.2, p.71-91, 2020.
- SMYTH, Matthieu. The Anaphora of the so-called Apostolic Tradition and the Roman Eucharistic Prayer. *Usus Antiquior*, v.1, n.1, p.5-25, jan.2010.

STEPHENSON, John R. A Needless Controversy: Löhe's Apostolic Sick Visit and Its Aftermath. *Lutheran Theological Review*, v.30, p.51-61, 2018.

TREASURY OF DAILY PRAYER. Treasury of daily prayer. KINNAMAN, Scot A. (Ed.). St. Louis: Concordia Publishing House, 2008.

VANHOOZER, Kevin J. *O pastor como teólogo público: recuperando uma visão perdida*. Trad. Marcio L. Redondo. São Paulo: Vida Nova, 2016.

WHITE, James F. *The Sacraments in Protestant Practice and Faith*. Nashville: Abingdon Press, 1999.